



Carlos Andreazza

E-mail: ca.andreazza@gmail.com; Twitter: @andreazzaeditor

Ode ao corpo mole

Jean Paul Prates caiu. Caiu o caído. A morte e a morte de. História que lembra a do arcabouço fiscal: o natimorto que vai morrendo até morrer. Só ele terá sido pego de surpresa. Insuficientemente petista, aquém do índice Gabrielli de pasadenismos. Haviam lhe dado o veredicto: corpo mole.

Talvez seja o elogio possível à sua gestão. Ode ao corpo mole! O que – quantos impetores “reindustrializantes” – a moleza terá atrasado? Homem “do mercado”, assim como Haddad é “fiscalista”. Classificações que só fazem sentido na métrica do ecossistema petista, por

oposição a Gleisi Hoffmann.

Lula ouviu Dilma Rousseff antes de formalizar a demissão. E lá vamos nós. De novo. De navio novo. Quem sabe a Oito Brasil? A Petrobras como indutora para voo de galinha reendividante.

Vitória dos nacionalistas Rui Costa e Alexandre Silveira. Não terá bastado o abraço de laço da política de preços. Nacionalismo, na Petrobras, significa repetir investimentos antieconômicos. Em fertilizantes, por exemplo. Há também o lobby dos gasodutos. Uma petroleira onipresente pode atender a todos.

Não me refiro a todos os bra-

sileiros. Antes ao espírito “trem da alegria” da liminar de Lewandowski, que afinal garantiria janela inconstitucional em lei declarada constitucional, au-

Haddad deveria se ver em Prates. A engenharia da queda de um é a mesma da carga sobre o outro

torizados catorze meses de infiltração companheira. Uma Petrobras onipresente amplia superfícies “estruturantes” para incompetências e corrupções.

O sangue da Lei das Estatais

está na água. Os nacionalistas querem controlar as indicações à cúpula da empresa de acordo com o interesse de suas pátrias. Terão a concorrência do Lirão.

A história sendo reescrita. Voltam Abreu e Lima e Ceperj. Não há problema de comunicação aqui. Lula comunica: o ritmo de aplicação dos equívocos estava lento. Acelere-se.

Fernando Haddad comunica. Pelo silêncio. Não está podendo se meter em Petrobras. Os muitos problemas próprios o obrigam ao desaparecimento. Não tem mais a PEC da Transição para sustentar o ministro da Fazenda responsável fiscalmente, e a saturação dos

mecanismos de arrecadação está posta, avançada a fase da fabricação de dinheiros, conforme a manipulação do presunto do arcabouço fiscal. A conta nunca fechou. E os nacionalistas querem grana. A meta é investir. Gasto é vida. PAC.

Haddad deveria se ver em Prates. A engenharia da queda de um é a mesma da carga sobre o outro. “Teu trabalho tem de produzir crescimento imediato.” Deveria também refletir sobre se o ex-CEO da Petrobras não lhe seria espécie de anteparo. Uma certeza: Rui Costa só obedece. ●

JORNALISTA

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quizenalmento) • TER. Eliane Cantanhêde e Carlos Andreazza • QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quizenalmento) • QUL. William Waack • SEX. Eliane Cantanhêde • SÁB. Carlos Andreazza • DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Justiça Eleitoral

Relator defende cassação do governador do Rio, Cláudio Castro, e do vice

Tribunal Regional Eleitoral analisa denúncia de uso de programa de governo para desviar recursos na disputa de 2022

RAYANDERSON GUERRA
RIO

O relator do caso que pode levar à cassação do governador Cláudio Castro (PL), desembargador Peterson Barroso Simão, do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ), votou ontem pela condenação do chefe do Executivo e de seu vice, Thiago Pamplha (MDB), por abuso de poder político e econômico nas eleições de 2022.

Barroso Simão defendeu ainda a condenação do presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), Rodrigo Bacellar (União Brasil). O julgamento foi interrompido por um pedido de vista do desembargador Marcelo Granado, e será retomado no próximo dia 23.

Os sete desembargadores do TRE-RJ analisam a possibilidade de ter havido abuso de poder político e econômico e conduta vedada, na campanha eleitoral de 2022, pelo suposto uso de uma “folha de pagamento secreta”, com 27 mil cargos temporários, na Funda-



PEDRO KITRILLOS/ESTADÃO-5/4/2023

Cláudio Castro é mais um governador do Rio na mira da Justiça

ção Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro (Ceperj) e mais 18 mil nomes na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

ERÁRIO. O relator votou pela inelegibilidade de Castro, Pamplha e Bacellar por oito anos, contados a partir das eleições de 2022. O desembargador ainda votou para que os três sejam condenados ao pagamento de multa: Castro e Bacellar (R\$ 106.410) e Pamplha (R\$ 21.282). Em relação aos demais investigados, Barroso Simão opinou pela absolvição.

“A intenção dolosa dos réus é notória. Foram os mentores intelectuais e anuíram com to-

da a ilicitude (...) Foi nítido o caráter eleitoreiro perturbando a legitimidade e normalidade de um pleito de grande dimensão referente à eleição do chefe do Executivo do Estado”, disse o relator.

“É evidente a responsabilidade direta e pessoal do governador e do então presidente da Ceperj, que praticaram ou mandaram praticar ou permitiram, intencionalmente, que fosse praticada conduta ilícita objetivando a reeleição com sucesso com a distribuição de fortuna a simpatizantes gerando altíssimo prejuízo ao erário e, portanto, à população fluminense”, prosseguiu o desembargador. “Tal situação quebrou a igualdade entre os candidatos e influenciou na livre

escolha dos eleitores em dimensão desproporcional. Tudo foi muito bem planejado.”

Ainda de acordo com Barroso Simão, “os depoimentos das testemunhas evidenciam que elas foram obrigadas a participar de verdadeira campanha política, buscando angariar votos para os réus Cláudio (Castro) e Thiago (Pamplha)”. “A Ceperj foi utilizada por força do governo em proveito eleitoral, conduta esta vedada em todos os sentidos. Restou caracterizado abuso do poder econômico e político, pois houve afronta aos princípios da igualdade e do equilíbrio na competição, não havendo dúvida da gravidade dos fatos que tanto influenciaram no resultado eleitoral.”

Segundo o voto do relator, o aumento dos valores pagos pela Ceperj no ano eleitoral comprometeu a “lisura do processo eleitoral, afetando a normalidade e a legalidade das eleições”. “A quantidade exorbitante de dinheiro empregado no ano eleitoral de 2022 serviu a milhares de pessoas que se dispuseram a seguir eleitoralmente o caminho traçado pelos réus e se beneficiaram da prática ilícita do abuso comprometendo a lisura do processo eleitoral afetando a normalidade e a legalidade das eleições”, argumentou.

Durante o julgamento de ontem, a procuradora regional eleitoral Neide Cardoso de Oliveira afirmou que “o desvio da máquina e dos recursos públicos serviu para alavancar as candidaturas dos investigados, em especial a do governador Cláudio Castro”.

DEFESA. A defesa de Castro, representada pelo advogado Eduardo Damian, afirmou que a Uerj e a Ceperj têm autonomia administrativa. “Tudo que foi dito pela acusação

diz respeito a direito administrativo. A matéria está posta, mas não está posta nessa Corte especializada, mas na Justiça comum. Existe uma ação civil pública que trata sobre este tema, da qual o governador não é réu”, afirmou o advogado.

Segundo Damian, o resultado da eleição deve ser levado em consideração pelos desembargadores. “Estamos falando do governador que venceu com uma diferença de 2,6 milhões de votos. Falar de milhares de pessoas contratadas, de milhões gastos... O orçamento do Estado é de R\$ 100 bilhões. A diferença de votos é maior do que a de Lula sobre (Jair) Bolsonaro em todo o território brasileiro. É maior do que o eleitorado completo de 12 Estados. Essa dimensão tem que ser levada em conta”, alegou o advogado de Castro.

Resultado da eleição
Advogado do governador sustenta que número de votos superou em muito o de contratados

HISTÓRICO. A ação foi ajuizada pelo candidato derrotado no segundo turno das eleições de 2022, Marcelo Freixo. O corregedor regional eleitoral, desembargador Peterson Barroso Simão, relator do caso, iniciou o julgamento com a leitura do relatório das ações, que serão avaliadas de maneira conjunta no tribunal.

Com um histórico de governantes presos e acossados pela Justiça, quase todos os chefes do Executivo estadual eleitos diretamente no Rio de Janeiro desde o fim da ditadura militar foram alvo de investigações, sobretudo por corrupção – a maioria deles com passagens pela cadeia. ●